

Cooperativismo e precarização do trabalho: estudo de caso no município de Lago do Junco-MA¹

Cooperativism and precarization of work: a case study in the municipality of Lago do Junco-MA

Luciany Fusco Sereno*¹
Zulene Muniz Barbosa**¹

Palavras-chave:
Cooperativismo;
Economia solidária;
Precarização.

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar os empreendimentos econômicos solidários em escala local, o modo como adquirem espaços em "tempos" de precarização do trabalho. A referência empírica são cooperativas de base popular que se estruturam como modelos alternativos de organização do trabalho em comunidades rurais da região do Médio Mearim. Examina-se particularmente o processo de formação e de organização do caso específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), que se estruturaram com o apoio governamental e sindical, resultado da organização dos trabalhadores (as) em movimento social. A pesquisa aponta que a grande maioria dos extrativistas atuam de forma não cooperada devido às suas condições socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outros extrativistas e na família, isso faz parte da cultura local.

Keywords:
Cooperativism;
Solidarity Economy;
Precariousness.

Abstract: *The objective of the present study is to analyze the "solidarity economic enterprises" on a local scale, the way they acquire functionality in "times" of labor precariousness. The empirical reference is the grassroots cooperatives that are structured as alternative models of work organization in rural communities in the Middle Mearim region. The process of formation and organization of the specific case of the Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), which was structured with government and union support, results from the organization of workers in a social movement. The research indicates that the great majority*

¹ Recebido em 27/03/2019. Aceito em 16/07/2019.

*¹ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: lusereno@hotmail.com.

**¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: zulene.mb@uol.com.br.

of extractivists act in a way not associated in cooperatives or associations due to their precarious socioeconomic conditions, but they do not stop cooperating in the community with other extractivists and in the family, this is part of the local culture.

Introdução

Neste trabalho, analisamos os processos de formação e de organização de cooperativas populares de trabalho: o caso da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco-MA (COPPALJ), com o objetivo de expor como e por meio de quais particularidades as cooperativas adquirem espaço no processo de precarização do trabalho.

Essas organizações formadas por grupos de trabalhadores (as) por meio do desenvolvimento de uma racionalidade voltada para as demandas de mercado, buscam soluções para o desemprego, adquirindo uma grande expressividade em âmbito nacional com significados e designações distintas como: economia do trabalho (CORAGGIO, 2000), economia popular (GAIGER, 2008; TIRIBA, 2001) e economia solidária (SINGER, 2002). Em geral, segundo Pagotto (2010), essa variedade de conceituações resume a ideia acerca da probabilidade de construção de uma “outra economia”, são cooperativas que se definem pela economia mercantil, embora se afirmem pela mutualidade da economia não-mercantil.

O conceito de “economia solidária” formulado por Singer (2000), além de utilizar elementos da teoria marxista, considera, também, outras vertentes que se afirmaram no âmbito das teses formuladas pelos socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Owen, e Joseph Proudhon, as quais inspiraram um tipo produção organizada a partir do trabalho cooperado.

No Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo remontam ao século XIX. No século XX, inúmeras experiências cooperativas conseguiram expressão nacional nas décadas de 1970 e 1980. No Maranhão, isso não se diferenciou do tipo de cooperativa que se desenvolveu em outros Estados, sendo um cooperativismo articulado às elites dominantes e latifundiárias da região.

A produção cooperada nessa investigação, portanto, é debatida como forma de identificar os meios a partir dos quais esses tipos de organizações adquirem relevância em face do processo de precarização do trabalho, estabelecendo (ou não) valores do cooperativismo e as possibilidades e os limites de estabelecerem relações e construir “redes solidárias”, sejam redes internas entre os associados, sejam redes interorganizacionais atuando no âmbito de uma economia de mercado.

A partir dessa análise, centramos o foco nas particularidades que englobam o contexto histórico, os modos como se organizam e funcionam sob o formato de cooperativa de trabalho. O suporte que direciona essa pesquisa foi identificar os interesses dos trabalhadores (as) em fazer parte de associação e/ou cooperativa; como vivenciam os novos modos de trabalho, sob o impacto da flexibilização e precarização das condições de trabalho, e, mais que isso, como se organizam para garantir a sua reprodução como extrativista.

Para tanto, escolhemos o caso específico da COOPPALJ por se tratar de uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. A COOPPALJ situa-se na zona urbana do município de Lago do Junco-MA, que por sua vez está localizado na Microrregião do Médio Mearim, com uma distância de 301 km da capital do estado do Maranhão.

A coleta de dados foi organizada a partir do método da pesquisa-ação por permitir maior interação com os associados e analisar de forma mais próxima a organização e a rotina de trabalho. Os dados obtidos foram de informações à luz de opiniões e análises da equipe técnica, descritas em relatórios institucionais, e de entrevistas com associados e principalmente com profissionais da COOPPALJ. Do mesmo modo, houve a coleta e o tratamento de informações levantadas junto ao Ministério do trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Utilizou-se a técnica da observação direta. Como parte da metodologia, procedemos à revisão crítica da literatura-pesquisa bibliográfica e atividades de pesquisa documental, compreendendo o recurso a fontes secundárias, como dados estatísticos e informações oficiais; notícias que circulam na internet também foram adotadas.

Produção associada em tempos de precarização do trabalho: crise e reestruturação produtiva

Segundo Perry Anderson, “a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973², quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, tudo mudou” (ANDERSON, 1995, p. 10). A partir desse diagnóstico, “a solução encontrada pela classe capitalista

² É, então em uma situação suficientemente deteriorada, que de repente se dá, no final de 1973 e início de 1974, a quadruplicação dos preços do petróleo bruto no mercado mundial, que transformará a crise latente em crise manifesta. Pois, em um contexto de deterioração da taxa de lucro, esse brusco encarecimento da renda do petróleo vai provocar a primeira recessão generalizada da economia capitalista desde o final da Segunda Guerra Mundial: queda da produção, aumento brutal do desemprego, contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação da bolsa, etc. (BIRH, 1998)

foi a inversão de sua política econômica para restabelecer uma taxa de lucro satisfatória, condição necessária para retomada do processo de acumulação” (BARBOSA, 2006, p. 20).

Nesse período, as burguesias mundiais conduziram em proveito próprio a desorganização das instituições e dos estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização a que os Estados capitalistas aderiram um após o outro, “desde o governo Thatcher em 1979 e o governo Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que este havia perdido desde 1914, para se mover à vontade no plano internacional, entre países e continentes” (CHESNAIS, 1997, pp. 13-14).

As economias capitalistas desenvolvidas abriram seus mercados internos em direção ao Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, a crise do dólar levou à flutuação das taxas de câmbio e à constituição de um grande mercado financeiro internacional. O resultado foi o grande salto no âmbito do comércio internacional dos investimentos diretos estrangeiros. O grande capital passou a implantar, sobretudo nos países em processo de industrialização, um novo parque industrial destinado a abastecer os mercados dos países do Primeiro Mundo.

Pochmann (2001) associa esta alternativa ao “multicolonialismo, o qual renovou novas formas de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas globais. As chamadas empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimentos e produções, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, às jurisdições nacionais.

A dinâmica desse processo também explica os limites técnicos dos métodos taylorista e fordista de produção. Como afirma Bihr (1998), os acentuados ganhos de produtividade que o fordismo conheceu em sua fase de crescimento adquirido, em parte, graças ao aprofundamento desses métodos, passado um certo limiar, revelaram-se contra produtivos. Esse processo acabou:

Reduzindo a fluidez (multiplicação dos tempos mortos, prolongamento do tempo de circulação dos produtos entre os diferentes postos do trabalho, estocagem no final da cadeia) e a flexibilidade (grande vulnerabilidade ao menor incidente: pane, quebra de estoque, mudanças de produção, greve parcial, etc.) do processo de trabalho. (BIHR, 1998, p. 65)

O autor segue explicando que a própria tendência de internacionalização do capital³ foi modificando a paisagem econômica mundial, o que resultou numa maior interdependência das diferentes economias centrais, mas também numa maior concorrência entre elas. Destaca que uma das características do processo de transnacionalização foi exatamente a nova divisão internacional do trabalho (DIT) entre centro e periferia, a partir daí passou a se desenvolver o movimento de desaglomeração industrial impulsionado por empresas multinacionais e principalmente pela difusão de novas tecnologias e de novas formas de controle social. O conjunto dessas transformações foi alterando o “espectro da economia mundial, a partir um intenso e acelerado processo de transnacionalização” (BARBOSA, 2006):

Seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-Nação, sem, entretanto, consegui-lo totalmente. Daí o caráter contraditório no espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadoria, de capitais, de mão de obra, de tecnologias, de informações. (BIRH, 1998, p. 109).

Nessa fase marcada pela mundialização do capital, o processo de reorganização da Divisão Internacional do Trabalho é acionado em partes pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países.

No caso dos países semi-industrializados, esses apresentam ao capital global vantagens comparativas que consistem na grande disponibilidade de mão de obra já treinada e condicionada ao trabalho industrial com custos muito menores do que nos países de capitalismo avançado

Passa a se desenvolver um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho com as especificidades próprias de cada país. Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas nos aspectos objetivos, como a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente pela captura da subjetividade (ALVES, 2000). Nesse contexto sócio histórico, desenvolvem-se

³A análise econômica nessa área tende a ser conduzida pela ideia da teoria do ‘mercado de capitais (internacional) eficiente’: ou seja, os mercados de capitais operam competitivamente para alocar poupanças (internacionais) e capitais, assim como para equalizar retornos sobre investimentos. Assim, os principais indicadores do grau de integração seriam medidas tais como as taxas de juros entre os países ou o valor das mesmas ações nos mercados de valores nacionais e internacionais; quanto mais próximas estas estão da igualdade entre diferentes mercados financeiros nacionais, mais integrada torna-se a economia internacional. Com um mercado de capitais plenamente integrado haveria uma única taxa de juros internacional sobre os empréstimos de curto e longo prazos, e um preço único de ação ou de obrigação, se tudo permanecesse igual. (HIRST e THOMPSON, 1998)

as estratégias sindicais neocorporativas, com forte impacto nas relações de trabalho.

Estas transformações ainda em curso, em maior ou menor proporção, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas e culturais penetram fundo nas relações de trabalho, acarretando metamorfoses na *forma de ser* do trabalho. Nesse contexto, os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva; abandonam o sindicalismo de classe, aderindo ao sindicalismo sob comando do capital e do mercado, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal (ANTUNES, 2006).

Portanto, em decorrência da atual tendência internacional, levada às últimas consequências pela dinâmica da internacionalização dos mercados que tem como contrapartida a flexibilização das relações de trabalho, da produção e da gestão de mão-de-obra com o objetivo de ganhos de produtividade para fazer frente à competição externa, observa-se também uma crise do sindicalismo em escala mundial. E esse processo, com outro ritmo e numa proporção diferente, também está se desenvolvendo em nosso país e começando a alterar, sobremaneira, as relações de trabalho.

A característica central dessas novas relações de trabalho se define pelo aumento do trabalho informal, o trabalho destituído de regulamentação, com diminuição (quando não a própria eliminação) de direitos conquistados. O capital tenta com suas reestruturações econômicas tornar a flexibilização da força de trabalho adaptável e compatível com a flexibilização produtiva. Foi nesse ambiente que se desenvolveu as diferentes formas de empreendedorismo, trabalho voluntário, cooperativismo, entre outras alternativas. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais expressivo, visto que, em sua base, as cooperativas surgem como verdadeiros instrumentos de luta e com intervenção dos trabalhadores (as) em oposição à precarização das relações de trabalho e ao desemprego.

Como forma de intervir, diante de um cenário de ausência de oportunidades, para incluir um número considerável da classe trabalhadora, as cooperativas de trabalho avançam em várias categorias profissionais e contextos sociais diferentes. Não há uma compreensão, de fato, se esses empreendimentos aumentam as oportunidades de geração de renda e trabalho, ou se favorecem um cenário de precarização e flexibilização do trabalho. Entretanto, as transformações capitalistas alteraram o perfil da classe trabalhadora.

Lima (2004) vai observar o fato de que permanece a polêmica sobre a possibilidade efetiva das cooperativas se constituírem em avanço na direção da maior democratização do trabalho, pela autogestão e posse coletiva dos meios de produção, ultrapassando assim a subordinação ao capital. Por outro lado, as

cooperativas podem operar como modo alternativo de empresa capitalista, na qual o trabalho autogestionário acaba por ser funcional pela flexibilidade que possibilita no uso da força de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas.

Pode ainda ser acrescentado que, com o complexo de reestruturação produtiva e a formação das redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, terminam se integrando nessas mesmas redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando necessária como mão de obra temporária.

As experiências de cooperativismo no Maranhão: quais especificidades?

Antes de avançar na discussão das experiências atuais, cabe ressaltar que as primeiras cooperativas no Maranhão surgiram em 1960, criadas por agricultores e pescadores. Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) pelo governo Sarney (1965 - 1969), criou-se, também, um departamento exclusivo para o desenvolvimento do cooperativismo (GOMES, 2005).

Ao mesmo tempo em que o governo incentivava e apoiava a criação de cooperativas de pescadores e agricultores familiares, estes, também, eram vítimas da expansão da produção em grande escala. A prioridade da política econômica internacional para o Maranhão era a agroexportação, dessa forma para as cooperativas restavam os limitados recursos aplicados esporadicamente.

Na década de 1970, outras cooperativas surgiram no Maranhão, a maioria estava vinculada aos projetos de colonização, entre eles o Projeto Integrado de Colonização da Colônia Agrícola do município de Barra do Corda-MA, que, anos mais tarde foi transformado em Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA-Barra do Corda, em 1977). Outro programa que estimulou a criação de cooperativas no Estado surgiu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975-1978), foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que caracterizou outro modo de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola.

Formado por capital japonês (49%) e brasileiro (51%), o programa tinha como finalidade financiar a criação de fazendas de grande porte e organizar agricultores vinculados a cooperativas que tivessem suporte empresarial e acesso a novas tecnologias intensivas em capital, com o objetivo de alcançar um nível acentuado de produtividade agrícola tendo como eixo de direcionamento o mercado internacional.

Nesse contexto, pode-se afirmar que esse tipo cooperativismo incentivado pelo Estado serviu somente para os projetos dos grandes produtores que tinham por finalidade apenas adquirir ganhos, seja na comercialização seja na burocracia. Esse cooperativismo não emergiu de iniciativa popular, ao contrário, sua originalidade e seu percurso estiveram direcionados apenas para a lucratividade.

Como pode ser constatado, a história do cooperativismo agropecuário no Maranhão foi, antes, marcada por uma determinada estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram levados em consideração. As maiores iniciativas eram dirigidas para a produção exportadora. Esse tipo de produção beneficiou amplamente os produtores detentores de grandes extensões de terra, além de privilegiar a monocultura. Já os pequenos produtores, camponeses e demais agricultores tinham suas atividades produtivas marginalizadas dentro desta estrutura (PIRES, 2009).

Experiências similares do tipo de cooperativismo que remonta à década de 1960 ainda podem ser vistos no século XXI. Vale destacar a atuação de organizações e movimentos sociais como a ASSEMA e COPPALJ que, desde o fim da década de 1980, vem fomentando o cooperativismo no Estado. Assim como outros empreendimentos solidários, essas organizações sociais de formação de lideranças e de luta pela terra vêm tentando construir um cooperativismo autêntico que priorize os agricultores e desperte uma sensibilidade política e econômica para além do capital.

A partir da década de 1990, várias experiências de organização cooperativa na agricultura familiar surgem no Maranhão. Tais experiências surgem da própria necessidade econômica e social dos agricultores e também por incidências políticas.

No Maranhão, este cooperativismo configura-se como um movimento preocupado com a adoção de novas práticas e a consequente melhoria da qualidade de vida dos cooperados. A preocupação é saber como os associados poderão ter acesso a uma participação mais efetiva nas decisões, tanto na cooperativa quanto na própria sociedade na qual se encontram inseridos.

Atualmente, segundo o mapeamento nacional realizado pela SENAES⁴, no período de 2010 a 2013, foram mapeados no Maranhão 1.383 empreendimentos, sendo validados pelo comitê gestor 838, segundo critérios como produção e comercialização coletiva, natureza supra familiar e atividade permanente. Ainda foram mapeadas 107 entidades de apoio e 08 Políticas Públicas de Economia Solidária em 115 municípios. Um dado importante que a

⁴ Dados encontrados no sistema CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários) no link <https://bit.ly/32BTe95>.

pesquisa revela é que, dos 883 empreendimentos validados, 399 já constavam na base de dados do Governo Federal e foram criados nos anos 90, o que revela a consistência econômica dos empreendimentos da Economia Solidária no Maranhão. A pesquisa revelou ainda que, até 2013, a Economia Solidária atingia no Maranhão 65.567 trabalhadores (as) ou sócios de empreendimentos, sendo, destes, 32.951 do sexo masculino (51%) e 32.616 do sexo feminino (49%). A Economia Solidária no Maranhão tem forte presença no setor da agricultura familiar (73%), e diversidade em setores econômicos importantes, com artesões, assentados de reforma agrária, catadores (as) de materiais recicláveis, desempregados (as), artistas, garimpeiros ou mineiros, trabalhadores (as) autônomos, técnicos ou profissionais liberais.

Os números do mapeamento revelam tanto o potencial da Economia Solidária quanta a perspectiva de sua ampliação com o apoio de uma Política Pública estruturada. Na perspectiva de construir um sistema de política pública de economia solidária, o Conselho Nacional de Economia deliberou que as conferências de economia solidária do ano de 2014 fossem realizadas no sentido de construir as propostas para orientar a elaboração dos planos municipais, territoriais, estaduais e nacionais.

O caso específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ)

Expomos brevemente alguns traços das análises gerais que elucidam as experiências de produção associada, como estratégias de enfrentamento ao desemprego, analisadas ao longo do trabalho de campo. São considerações que servem de medidas para a análise da experiência cooperativa que recebe apoio e orientação da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), o caso específico da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ). Inicialmente, abordaremos a trajetória histórica desses empreendimentos, funcionamento, estrutura da cooperativa, relação de trabalho e produção, tal como a construção de redes solidárias e o interesse dos trabalhadores (as) em fazer parte de cooperativa e da associação.

A COPPALJ surgiu em 1991 em um processo de mobilização, assim registrado: “os modos de organização política conjugadas com uma intensificação da assistência técnica administrativa para uma eficiente gestão das terras conquistadas, tiveram como resultado a criação da COPPALJ” (ALMEIDA, 1995, p. 240).

Ao ter contato com os documentos, atas de reuniões, relatórios da ASSEMA e, principalmente, ao entrevistar os dirigentes da cooperativa,

observou-se que a COPPALJ foi sendo construída e se constitui enquanto uma rede de organizações locais, carregando características de um movimento social regional.

A COPPALJ é uma instituição juridicamente constituída, composta por direção eleita, membros filiados, reuniões constantes de direção e de associados (as), que elaboram planejamentos e seguem planos de atuação estruturados segundo uma lógica da organização e apresentam hierarquias em seu funcionamento. É considerada como um Movimento, pois se organiza em rede regional composta de outros tipos de organizações juridicamente constituídas, ou não, que objetivam tanto a organização da produção e da comercialização assim como da mobilização social.

A rede de organizações locais é referente a grupos de base, tais como: cooperativas agroextrativistas e associações de assentamento, entre elas, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (MA) (COPPAESP), Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), ASSEMA, e sindicatos de trabalhadores rurais da mesma área de atuação. Objetivam a mobilização e procura dos seus interesses, apoiadas na comercialização justa e solidária dos seus produtos, bem como eliminar totalmente e vencer os comerciantes atravessadores que ainda estão presentes na economia local, acreditando, assim, que articuladas com outras associações e cooperativas possam vencer esses obstáculos.

Um dos fatores que incentivou a criação da cooperativa, bem como o interesse em fazer parte da cooperativa, segundo relato de uma das cooperadas da COOPALJ, foi a parcial eliminação do atravessador na comercialização do óleo de babaçu, pois os produtos eram vendidos por preços subavaliados para os intermediários e estes vendiam no mercado externo, obtendo maiores lucros. Essa vantagem não era repassada para quem estava produzindo, e, ao perceberem a relação de injustiça dessa comercialização desigual, passaram a pensar em uma organização coletiva que superasse o comerciante atravessador. A extrativista, em entrevista, fala-nos sobre essa relação:

Hoje eu já trabalho com a retirada da amêndoa mais diferenciado, em 1990 a ASSEMA apareceu aqui em Ludovico e ajudou na criação da COPPALJ, a partir daí teve as oficinas, e aí nos juntamos, vimos que só as pessoas trabalhar individual não tava rendendo lucro, vendia muito pra atravessador, atravessador comprava da gente, humilhava as quebradeiras de coco, aí eu vi que aquilo ali não tava sendo certo pra gente. Pra eles tava sendo, porque eles ganhavam o dinheiro deles e a gente ganhava quase nada, trabalhava muito, se sacrificava muito e a gente não tava ganhando quase nada. Fracidalva Silva (02/2016)

Através da cooperativa, alcançaram o mercado internacional vendendo o óleo de babaçu por um preço acima do mercado local. A conquista da fatia dos mercados nacional e internacional estimulou o crescimento e a estabilidade financeira da COPPALJ. Hoje a COPPALJ possui 158 cooperados, e executa ações de produção de base ecológica e comercialização solidária no âmbito dos povoados em que atua.

A COPPALJ, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e SEBRAE, tem o objetivo de estimular, através da realização de programas, cursos e oficinas sobre as relações de cooperação e troca de saberes no âmbito da produção, fortalecendo assim processos metodológicos que priorizam a participação ampla e democrática e do cooperativismo no trabalho.

De acordo com Sennett (2012), a cooperação antecede a individualização, ela é o fundamento do desenvolvimento humano, na medida em que aprendemos como estar juntos antes de aprender como nos manter à parte. Não podemos nos desenvolver como indivíduos no isolamento, precisamos garantir a própria sobrevivência e, para Sennett, a cooperação começa com a divisão do trabalho nos ajudando a multiplicar nossos poderes insuficientes, mas essa divisão funciona melhor quando é flexível, pois o próprio ambiente está em constante mudança.

A cooperação permite aos seres humanos elevar de modo coletivo seus meios de desenvolvimento social, político e econômico. Está sempre presente em todos os âmbitos da vida humana, seja nas formas mais simplistas, como, por exemplo, a cooperação encontrada em um núcleo familiar, seja nas formas mais complexas, na indústria de produção, estando assim presente em todas as atividades executadas pelo homem por meio do trabalho praticado em sociedade.

Em nossa investigação do trabalho e da produção cooperada com base em estudo de caso da COPPALJ no município de Lago do Junco (MA), constataram-se práticas de cooperação no seio familiar e nas relações de vizinhança. Existem práticas cooperativas na produção que ocorrem entre as quebradeiras de coco babaçu e seus familiares (filha e marido, em especial), assim como no espaço comunitário e de vizinhança, com a extração de grãos e coco babaçu em coletividade entre os extrativistas da região associados na cooperativa. Os produtores agroextrativistas estão arraigados nestas redes de produção locais e cooperam também na comercialização de seus produtos.

No ato cooperado, há uma clara divisão sexual do trabalho e, na produção dos trabalhadores (as) agroextrativistas, os homens ajudam as mulheres extraíndo a matéria-prima da natureza (extração do coco babaçu) e, predominantemente, as mulheres extraem as amêndoas do coco e confeccionam o produto. A mulher tem principal papel na produção dos

derivados do coco babaçu hoje desenvolvido no município, contribuindo para a complementação da renda familiar. Deste modo, o que antes era concebido como papel exclusivo do homem, como trabalhar para manter o sustento familiar, questão ligada ao modelo patriarcal, no qual o provedor deve ser a figura masculina, passa a ser reconhecido num novo formato. A mulher passa a trabalhar fora e ajudar, quando não, a manter de forma direta o sustento familiar. Este formato é visto claramente na contemporaneidade. A atuação da mulher no mundo do trabalho e o seu papel na família estão adquirindo cada vez mais espaços ao longo do tempo.

Alguns estudos realizados no Brasil sobre o tema gênero na agricultura resultam na existência da desvalorização ou não valorização do trabalho da mulher rural. Abramovay e Rua (2000) declaram, sobre as relações de gênero nos assentamentos, que, apesar das suas análises confirmarem a presença da mulher na execução de todas as atividades do campo,

os discursos, tanto o masculino como o feminino, permanecem caracterizando o trabalho delas "como uma ajuda", porque as responsabilidades pelas atividades econômicas são sempre deles, tanto na decisão do que plantar, como na comercialização. A falácia da "naturalidade" da divisão sexual do trabalho fica evidenciada nesta pesquisa, constatando-se que muitas mulheres que se declaram trabalhadoras sem remuneração em atividades produtivas, e que estão também em atividades ditas não produtivas, no mundo doméstico, ou seja, não divididas, mas acumulando diversos tipos de tarefas e compromisso. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe a outras atividades principalmente na horta e no quintal. A divisão explicitada nesta pesquisa é uma amostra da persistência da imersão da sociedade rural em uma cultura patriarcal. (ABRAMOVAY; RUA, 2000, pp. 283-284)

Outras investigações sobre as relações de gênero no campo sinalizam para a necessidade de contextualizar a família e a sua importância nos modos de desvalorização do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais nas atividades produtivas e reprodutivas. Essas observações demonstram que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar, e o modo como a família é instituída e reproduzida, são tão importantes quanto as relações de classe quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, bem como sua reprodução social (DEERE, 1995, *apud* PACHECO, 2001).

O interesse em fazer parte de associações e/ou cooperativas, bem como o crescimento do número dos trabalhadores (as) que tem no agroextrativismo sua principal fonte de renda e subsistência (economia substantiva), é dado ao aumento do desemprego tanto no ambiente urbano como no rural. Percebe-se o interesse em cooperar na fala da extrativista:

É, assim, eu vejo que cooperativa é o melhor ramo que tem pra nós, ou seja, trabalhador rural, porque tem um dizer que: uma andorinha só não faz um verão, e quando a gente se junta em cooperativa é um cooperando com outro, é um ajudando o outro, então isso aí fortalece muito. Pra mim a melhor coisa que eu já participei foi de uma. Maria Aparecida Oliveira (02/2016)

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que o agroextrativismo é uma alternativa de sobrevivência para o embate às consequências das mudanças no trabalho na esfera geral, marcadas por precarização das condições trabalhistas e pelo desemprego. Dessa forma, os trabalhadores (as) rurais utilizam a experiência e os saberes locais gerando uma renda mensal, em muitos casos abaixo do salário mínimo, e concomitantemente reproduzem a cultura, a tradição e os costumes regionais. A capacidade de produzir produtos de elementos sociais e culturais faz parte do patrimônio sócio histórico e coletivo da região e dos saberes tradicionais. O conhecimento de produção utiliza técnicas e saberes práticos integrantes da herança social e cultural comunitária; a matéria-prima, neste caso o coco babaçu, é comum do ecossistema natural e constitui a cultura local; bem como as tecnologias, as ferramentas e as técnicas dos trabalhadores (as).

Em entrevista com o coordenador da COPPALJ, este explica que o próximo passo da COPPALJ é produzir redes de comercialização e apoio à produção expandindo para outras regiões do Maranhão. "Lutamos desde a década de 90 para alcançar um preço justo para o babaçu. A missão é conquistar políticas públicas de proteção, que possam manter as famílias na terra, estimulá-las e que também consigam tornar os babaçuais pontos turísticos da região. Há grandes obstáculos, mas estamos prontos para superar as barreiras e fazer com que essa cadeia de produção seja exemplo para todo o País", acrescenta.

O maior contato dos trabalhadores (as) da economia agroextrativista com a economia de mercado tem acarretado diversas consequências. A princípio uma produção direcionada para consumo próprio (bens utilitários) ou produção em menor proporção para mercado local, é, atualmente, uma produção voltada para mercados mais amplos e externos. O trabalho e a economia do agroextrativismo entram em contato com conteúdos que dizem respeito ao mundo empresarial, como características e qualidade do produto, adaptação ao mercado, empreendedorismo, são palavras centrais no cenário econômico atual.

Além dos avanços e da importância da atividade agroextrativista na sobrevivência dos trabalhadores (as) e na representação da cultura local, perduram-se os laços de precarização das circunstâncias de vida e de trabalho, as quais se encontram submersas na informalidade, isto é, boa parte dos trabalhadores (as) rurais não tem acesso aos direitos sociais, como férias,

décimo terceiro e fundo de garantia, somente trabalham para realizar a reprodução social e biológica diária.

Com a emergência da ação cooperada com a organização dos trabalhadores (as) rurais em cooperativa, ainda que o número de trabalhadores (as) associadas na COPPALJ seja muito pequeno, há uma maior consciência entre os trabalhadores cooperados, mais do que os não cooperados, referente ao preço justo e à importância de se preservar os babaçuais.

Os trabalhadores (as) associados na COPPALJ, submersos em redes de produção locais em condições de informalidade e precariedade, enfrentam vários obstáculos, como: eliminar totalmente e vencer os comerciantes atravessadores que ainda estão presente na economia; vencer as dificuldades na aquisição da matéria-prima e promover a preservação dos babaçuais; enfrentar o desemprego e as dificuldades financeiras resultantes das oscilações do mercado; conquistar seu reconhecimento e valorização profissional; e garantir boas condições de vida e de trabalho.

Considerando a quantidade de produção geralmente adquirida por um extrativista, seria difícil, ou quase que impossível, que ele, sozinho, obtivesse ou dominasse as condições que se fazem necessárias para superar a dependência em relação ao atravessador. Para a grande parte dos trabalhadores, uma das únicas saídas para desenvolver a autonomia na comercialização de sua produção é organizar um processo de vendas em coletividade.

Em cada região que percorre, o atravessador conhece cada produtor e as informações necessárias, endereço residencial, quantidade produzida, a qualidade da produção. Sabe exatamente onde comprar a mercadoria e a quantidade de produção que conseguirá comprar.

É muito amplo o número de associações e cooperativas que não tem conhecimento em relação aos seus próprios associados. O atravessador tem mais informações sobre as organizações de mercado do que os próprios associados. Cada produtor sabe a quantidade que plantou e quanto espera produzir, mas não se atenta em saber a soma dessa produção. Essas noções são imprescindíveis para definir um processo de venda coletiva. Para comercializar a produção em um coletivo, a associação ou a cooperativa necessita ter uma ideia da produção em conjunto.

A organização da cooperativa foi de fundamental importância para estabelecer o preço do babaçu pago para quem produz.

Quando a cooperativa foi criada o coco babaçu custava R\$ 0,40 o quilo e nós pagamos na cooperativa imediato R\$ 2,60 para a quebradeira. E nos últimos anos de 2014, 2015 e 2016 nós

conseguimos sobras com a produção das quebradeiras (...) e repassamos direto o dinheiro para cada trabalhadora. (...) E fizemos uma média do que nós tinha pago de imediato pela amêndoa no momento da compra do babaçu para a quebradeira, com o que nós (...) passávamos para ela no final do ano. No ano de 2015, em torno de quase R\$ 2,90 o quilo de amêndoa. (...) Com as sobras. Ou seja, nós temos uma média de R\$ 2,60 que nós pagamos para elas de imediato (...) e passamos no final do ano em torno de mais R\$ 2,60, R\$ 2,90, em espécie, que foi o lucro que nós conseguimos com a comercialização do produto da quebradeira que seria o óleo. Raimundo Domingos (02/2016)

Apesar de que, com uma pequena diferença, os comerciantes atravessadores foram obrigados a aumentar seus preços na região, em função dos preços pagos e vendidos pela cooperativa, o que torna as quebradeiras de coco de "tomadoras de preços" em "formuladoras de preços".

Na região do Mearim, nos municípios do Lago do Junco, foi possível constatar uma diferença entre os valores pagos pelos comerciantes atravessadores e o definido pela COPPALJ, variando entre R\$ 1,00 e R\$ 1,50, segundo relato de um dos membros da cooperativa.

O aumento de preço da amêndoa do babaçu conduziu a uma melhoria importante às condições de vida aos trabalhadores (as) extrativistas do coco na região. Além de aumentar a contribuição do trabalho feminino na renda familiar, elevando o poder de compra da família, resgatou mais liberdade às extrativistas; que, agora, não necessitam mais sair todos os dias, para a quebra do coco a fim de assegurar o alimento do dia-a-dia. Também eliminou grande parte da relação de dependência com o atravessador, podendo agora comercializar as amêndoas na comunidade, sem ter que aguardar a chegada do caminhão ou ter de pagar passagem no carro de linha, como nas comunidades em que os mesmos existem, para conseguir ir até à zona urbana vender amêndoas e comprar os produtos necessários. Essa mudança significa ainda uma liberdade de decisão sobre o consumo da família e uma maior possibilidade de planejamento do mesmo.

Os associados COPPALJ ainda constituem um grupo quantitativamente pequeno em relação ao universo de trabalhadores rurais dessa região. A experiência dos trabalhadores (as) cooperados da COOPPALJ possibilita refletir sobre transformações e desafios vivenciados pelos trabalhadores (as). A cooperativa na economia do agroextrativismo tem suas singularidades. Tem importância social e econômica para este peculiar mundo do trabalho e de produção, estando submersa em redes de relações de competição e de cooperação.

Considerações finais

Em suma, a pesquisa aponta que a grande maioria dos extrativistas do coco babaçu atua de forma não associada em cooperativa ou associações devido às suas condições socioeconômicas precárias, mas não deixa de cooperar na comunidade com outros extrativistas e em família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

As condições precárias de vida fazem com que os trabalhadores comercializem seus produtos informalmente e de forma não cooperada com comerciantes locais ou de fora, conhecidos como intermediários ou "atravessadores". Estes adquirem os produtos fornecidos pelos extrativistas por preços subavaliados (comércio injusto), uma prática totalmente desfavorável. Tal sistema ainda carece de políticas públicas voltadas para o setor, maiores incentivos e orientações por parte de pessoas ou entidades governamentais.

Os extrativistas ainda vivem na informalidade e em condições bastante precárias, sem acesso a direitos sociais básicos. Uma atividade não regulamentada.

A pesquisa aponta que há interesses materiais em atuar na cooperativa, como a possibilidade de divulgação do produto em outros mercados, a valorização do produto com a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a facilidade para ter acesso a financiamentos e a outros apoios institucionais. Os extrativistas não associados em cooperativa não recebem apoio financeiro e qualificação como os associados e são as principais vítimas do comerciante atravessador.

A partir das experiências em campo, podemos constatar que o trabalho cooperado pode se orientar tanto por interesses puramente econômicos, individuais ou coletivos, quanto por ideais. Neste panorama, a cooperativa pode ser um meio, ou seja, um mecanismo organizacional que pode perseguir os mais diversos fins, desde a busca do interesse econômico puro e simples inserido na economia de mercado até formas econômicas alternativas baseadas nos valores do cooperativismo. Assim, refletimos sobre os interesses e motivações ideais e materiais presentes no ato cooperado.

A sociologia econômica de Weber (1991) pode ser utilizada para analisar fenômenos socioeconômicos (cooperativa) e com isso inserir a dimensão social em uma análise voltada para construção social dos interesses (sociais e econômicos).

Swedberg (2005) faz uma abordagem sobre a tipologia da ação social de Weber classificada em quatro tipos principais que são: tradicional, afetiva,

racional com relação a valores, e racional com relação a fins (instrumentalmente racional):

A ação social racional com relação a valores é tipicamente movida por interesses ideais, assim como a ação instrumentalmente racional é tipicamente movida pelos interesses materiais. Os outros dois tipos de ação social, afetiva e tradicional complementam que a ação social pode ser movida pelo hábito (tradição) e pelas emoções, assim como pelos interesses. (SWEDBERG, 2005, p. 47)

Há tipos de ação social que são de grande importância para análise do interesse da ação cooperada (e não cooperada) na economia do extrativismo do coco babaçu, a ação racional com relação a valores (a representação cultural e simbólica do extrativismo), a ação racional com relação a fins (representação mercantil do extrativismo) e a ação social tradicional.⁵

Weber procura combinar uma análise da ação centrada nos interesses com outra que leve em conta o comportamento social. A teoria econômica analisa situações em que o agente é movido principalmente pelos interesses materiais e tem a utilidade como objeto, mas não leva em conta o comportamento de outros atores (uma ação estritamente econômica). A sociologia considera tanto a ação movida pelos interesses ideais quanto pelos interesses materiais que também é orientada pelo comportamento dos outros (ação social). A sociologia econômica enfoca a ação social econômica, isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social e a ação social econômica também podem ser movidas pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses (SWEDBERG, 2005).

Na perspectiva da sociologia econômica de Weber (1991), ocorre em primeiro lugar, o fato interessante de que certas formas de ação social voltada para o interesse individual tendem a se transformar em formas regulares de comportamento coletivo que são muito comuns na economia e que Weber chama de regularidades determinadas pelo interesse. As regularidades determinadas pelo interesse são dignas de nota no sentido de que os agentes individuais não são obrigados a fazer a mesma coisa, nem que fazem alguma

⁵ Weber (1991) define a ação racional com relação a valores movidos por interesses ideais; "o sentido da ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade". A ação racional com relação a fins (instrumentalmente racional), movida por interesses materiais, "condições de "meios" para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, o indivíduo não age de forma emocional nem afetiva, uma ação puramente calculista. " E por fim a ação tradicional, "uma ação por costumes arraigados, encontra-se além daquilo que se pode chamar em geral, ação orientada "pelo sentido", pois não passam de estúbulos habituais, atitudes arraigadas. " (WEBER, 1991, p. 15).

coisa por causa de alguma norma. Seguem, em vez disso, seus interesses particulares e quanto mais racionais são os agentes tanto mais similares suas ações tendem a ser.

De acordo com as ideias de Max Weber, toda sociedade compartilha um conjunto de valores e ideias, ou seja, um substrato cultural que transcende a condição social e fundamenta o comportamento econômico.

Diante disso, o trabalho em cooperativa se constitui enquanto uma prática de valor social, cultural, ambiental e econômica circulando na cadeia de valor do extrativismo. Não se pode fazer simplesmente um cálculo de custo e benefício, pois a prática de trabalho cooperado se trata de um ato amplamente simbólico que faz intervir outros valores além da pura maximização de uma utilidade econômica.

Durante a pesquisa, observaram-se como os trabalhadores (as) atribuíam o valor à produção; em cada grupo havia uma forma diferente ao atribuir o valor, os trabalhadores (as) cooperados seguem um preço que é atribuído com a ajuda da ASSEMA e COPPALJ seguindo uma tabela, e os trabalhadores (as) que trabalham de forma não cooperada em cooperativa atribuem outro valor à produção. Os trabalhadores (as) que não são associados mostram não ter consciência sobre a valorização do produto, vendem sua produção por um valor não condizente com o tempo de trabalho investido para executá-lo, os trabalhadores (as) não associados atribuem um valor que lhes parece suficiente, não seguem uma ficha técnica com cálculo do custo exato da produção.

Os produtos extraídos do coco babaçu constituem uma atividade singular e com alto potencial para contribuir com o bom desenvolvimento regional, por conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Entretanto, a pesquisa revela uma situação de informalidade da atividade, e de exploração dos trabalhadores (as) por um comércio injusto e marcado por desigualdades.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. 2000. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO no Brasil.
- ALVES, G. 2000. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- ANDERSON, P. 1995. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, S.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- ANTUNES, R. 2006. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo.
- BARBOSA, Z. M. 2006. *Maranhão, Brasil: Lutas de classe e reestruturação Produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: UEMA.
- BIHIR, A. 1998. *DA GRANDE NOITE A ALTERNATIVA: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- CHESNAIS, F. 1997. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã.
- CORAGGIO, J. L. 2000. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GAIGER, L. I. 1998. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação*, v. 13, n. 50, pp. 47-71.
- GOMES, O. 2005. *Direitos Reais*. Editora Forense. Rio de Janeiro.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. 1998. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, J. C. O. 2004. *Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, pp. 45-62.
- MARX, K. 1988. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- NOVAES, J. R. P. 2007. *Cooperativismo: Acumulação e mudança social*. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- PACHECO, J. 2001. *Globalização e (des)igualdades. Desafios contemporâneos*. Porto: Porto Editora.
- PAGOTTO, C. 2010. *Produção associada na era da precarização estrutural: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PIRES, M. L. L. 2009. *Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais*. *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias*. Rio de Janeiro.

- POCHMANN, M. 2001. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- SENNETT, R. 2012. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, M.; SILVA, S. 2010. *Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural*. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, ano 16, n. 49, pp. 87-93.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. 2000. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto.
- TIRIBA, L. 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: UNIJUÍ.
- SWEDBERG, R. 2005. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- WEBER, M. 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB.